



Juventude rural e sucessão geracional: desafios para a reprodução social da agricultura familiar em Santa Catarina

Rural youth and generational succession: challenges for the social reproduction of family farming in Santa Catarina

Eliziane Raquel Rauch Ceratti ¹ 

Hieda Maria Pagliosa Corona ¹ 

Resumo

Este artigo analisa a dinâmica demográfica da juventude rural no estado de Santa Catarina, correlacionando-a à sucessão geracional e aos desafios da reprodução social da agricultura familiar em uma perspectiva territorial. O objetivo é investigar as transformações na população jovem residente no meio rural, destacando as diferenciações entre as sete Regiões Geográficas Intermediárias (RGINTs) catarinenses à luz do debate sobre desenvolvimento regional. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem quantitativo-descritiva com interpretação qualitativa, fundamentada em dados dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022 e do Censo Agropecuário de 2017, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados evidenciam uma redução expressiva e contínua da população jovem rural em todas as RGINTs do estado, inclusive naquelas caracterizadas pela forte presença da agricultura familiar, como a RGINT de Chapecó. Os dados revelam um descompasso entre a permanência da estrutura produtiva familiar e sua renovação geracional, indicando que a expressividade da agricultura familiar não assegura, por si só, a continuidade intergeracional das unidades rurais. A análise demonstra que, embora existam políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à juventude rural, persistem desigualdades territoriais e condicionantes estruturais que limitam as possibilidades de permanência dos jovens no campo. Conclui-se que os desafios da sucessão geracional exigem estratégias de desenvolvimento regional, de modo a contemplar as especificidades territoriais das diferentes regiões catarinenses e a autonomia produtiva dos jovens, garantindo condições para a construção de projetos de vida no meio rural e a sustentabilidade dos territórios rurais.

Palavras-chave: juventude rural; agricultura familiar; territorialidades; regiões geográficas intermediárias.

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, PR, Brasil.

E-mails: eliziane.rauch@ifc.edu.br, hiedacorona@hotmail.com

Abstract

This article analyzes the demographic dynamics of rural youth in the state of Santa Catarina, correlating it with generational succession and the challenges of the social reproduction of family farming from a territorial perspective. The objective is to investigate the transformations in the young population residing in rural areas, highlighting the differences between the seven Intermediate Geographic Regions (RGINTs) of Santa Catarina in light of the debate on regional development. Methodologically, the research adopts a quantitative-descriptive approach with qualitative interpretation, based on data from the 2000, 2010, and 2022 Demographic Censuses and the 2017 Agricultural Census, produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results show a significant and continuous reduction in the rural youth population in all RGINTs of the state, including those characterized by a strong presence of family farming, such as the Chapecó RGINT. The data reveal a mismatch between the permanence of the family production structure and its generational renewal, indicating that the expressiveness of family farming does not, in itself, guarantee the intergenerational continuity of rural units. The analysis demonstrates that, although there are public policies aimed at family farming and rural youth, territorial inequalities and structural constraints persist that limit the possibilities of young people remaining in the countryside. It is concluded that the challenges of generational succession require regional development strategies that address the territorial specificities of the different regions of Santa Catarina and the productive autonomy of young people, guaranteeing conditions for the construction of life projects in rural areas and the sustainability of rural territories.

Keywords: rural youth; family farming; territorialities; intermediate geographic regions.

Introdução

A discussão sobre a reprodução social da agricultura familiar, com ênfase na juventude rural, permanece como tema sensível, especialmente diante da recente divulgação dos dados censitários. Embora os indicadores socioeconômicos reiterem a relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento regional, eles não explicam, intrinsecamente, o persistente processo de migração e êxodo rural que incide sobre diferentes territórios.

A dinâmica migratória no meio rural constitui um processo histórico que se intensificou nas últimas décadas, impulsionado por fatores como a modernização da agricultura, a concentração fundiária, a fragilidade ou insuficiência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a ampliação das oportunidades educacionais e profissionais nos espaços urbanos (Castro, 2019).

No Oeste catarinense, tais processos articulam-se à reestruturação produtiva, à crescente integração agroindustrial e à intensificação tecnológica, os quais configuram um cenário no qual a permanência juvenil passa a ser tensionada por transformações estruturais do desenvolvimento regional (Abramovay, 2003; Ploeg, 2008; Silvestro; Mello; Dorigon, 2001).

Ao impactar diretamente a reprodução social da agricultura familiar, a migração juvenil reduz a força de trabalho disponível no campo, compromete a continuidade das unidades rurais e fragiliza os processos de transmissão intergeracional de conhecimentos históricos, saberes e práticas produtivas tradicionais.

A compreensão desse fenômeno exige ir além da análise demográfica estrita. O meio rural contemporâneo necessita ser interpretado a partir da noção de ruralidades, entendidas como construções sociais plurais e em permanente transformação (Wanderley, 2009; Schneider, 2010a) bem como a partir das múltiplas territorialidades que configuram as formas de apropriação e vivência do espaço (Haesbaert, 2004).

No bojo desse debate, as contribuições de Abramovay (2003) ressaltam que a vitalidade territorial depende da capacidade de gerar oportunidades socialmente enraizadas, enquanto Ploeg (2009) destaca a agricultura familiar como forma ativa de construção de alternativas de desenvolvimento. Embora esse debate tenha avançado significativamente nas últimas décadas, predominam estudos voltados às dimensões qualitativas da juventude rural ou a abordagens mais agregadas do êxodo, havendo ainda lacunas na articulação entre dados censitários regionais e o debate teórico sobre reprodução social em perspectiva territorial.

A abordagem territorial permite compreender que as Regiões Geográficas Intermediárias (RGINTs) de Santa Catarina apresentam dinâmicas distintas, resultantes de suas especificidades socioeconômicas, produtivas e demográficas. Observa-se que as transformações demográficas da população jovem rural refletem não apenas tendências estruturais mais amplas, mas também as condições territoriais que influenciam as possibilidades de reprodução social da agricultura familiar.

Diante desses desafios, problematiza-se a seguinte questão: como se apresenta a realidade demográfica atual da juventude rural no estado de Santa Catarina, com destaque para as RGINTs, considerando o processo de reprodução social da agricultura familiar e suas implicações para o desenvolvimento regional? O objetivo deste artigo é analisar os

dados censitários da população jovem rural de Santa Catarina, destacando as diferenças entre as RGINTs à luz do debate sobre a reprodução social da agricultura familiar e suas repercussões territoriais.

Para isso, foram coletados dados dos três últimos censos demográficos IBGE bem como informações do último Censo Agropecuário realizado em 2017, a fim de identificar tendências regionais e discutir seus impactos no contexto da transição demográfica e das transformações produtivas que incidem sobre a agricultura familiar.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresentam-se os aportes teóricos que fundamentam as discussões sobre reprodução social, juventude rural e desenvolvimento territorial. Na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção, apresentam-se os dados coletados e discutem-se os resultados à luz dos referenciais teóricos mobilizados. Por último, as considerações finais revisitam os principais achados, inserindo-os no debate sobre desenvolvimento regional e projetos de ruralidade em disputa.

Reprodução social, juventude rural e desenvolvimento territorial: bases teóricas

A partir da década de 1990, a agricultura familiar consolidou-se no Brasil como categoria social, política e produtiva. Esse reconhecimento resultou da convergência entre produção acadêmica, mobilização dos movimentos sociais e institucionalização de políticas públicas, como analisa Picolotto (2014). A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a instituição do PRONAF e a promulgação da Lei nº 11.326/2006 constituíram marcos importantes desse processo. Entretanto, o reconhecimento institucional não eliminou os desafios estruturais que incidem sobre a continuidade das unidades rurais, especialmente diante do esvaziamento demográfico do campo e das dificuldades enfrentadas pela juventude rural para permanecer nos territórios.

Embora a legislação estabeleça critérios objetivos para definir o agricultor familiar como limite de área, predominância de mão de obra familiar, direção do estabelecimento pela própria família e origem majoritária da renda nas atividades do empreendimento (Brasil, 2006), a agricultura familiar não se esgota na definição normativa. Trata-se de um universo social heterogêneo, marcado por distintas formas de organização produtiva, inserção mercantil e vínculos territoriais. Wanderley (2009)

ressalta que o rural não é apenas espaço de produção, mas também espaço de vida, pertencimento e construção de identidades. Compreender sua continuidade implica considerar não apenas os meios materiais de produção, mas também os sentidos sociais e simbólicos que sustentam as estratégias familiares.

Com base nessa discussão, o conceito de reprodução social oferece importante categoria analítica para compreender as estratégias de permanência e continuidade dos modos de vida no meio rural. Inspirado nas formulações de Bourdieu (2004) e incorporado aos estudos rurais, o conceito remete ao conjunto de estratégias mobilizadas pelos atores sociais para assegurar a permanência de seus modos de vida e trabalho (Corona, 2006).

Como observa Spanevello (2008), a reprodução social envolve simultaneamente a produção de material e a organização social dessa produção, articulando trabalho, transmissão de saberes, projetos de futuro e manutenção de posições sociais. Trata-se de um processo dinâmico que exige constante elaboração de estratégias frente às mudanças econômicas, institucionais e demográficas (Ceratti, 2020).

A decisão de permanecer ou sair do campo não é resultado de um único fator. Ela envolve uma combinação complexa de condições econômicas, oportunidades educacionais, expectativas familiares e acesso a políticas públicas, como demonstram Carneiro (1998), Stropasolas (2006) e Castro (2019). A sucessão geracional não se reduz à transferência patrimonial, mas envolve a circulação de conhecimentos, valores e identidades vinculadas ao trabalho agrícola (Pollnow; Caldas; Anjos, 2023). A continuidade da agricultura familiar depende da capacidade de articular herança e renovação, tradição e inovação, de modo que as novas gerações encontrem condições concretas para construir seus projetos de vida no meio rural.

Para além da sucessão, os jovens frequentemente assumem papel ativo na reconfiguração das unidades familiares. Em um contexto em que a agricultura exige maior capacidade de gestão, diversificação produtiva e inserção qualificada nos mercados, como argumenta Schneider (2010a), a incorporação de novas competências torna-se estratégica. A familiaridade com tecnologias digitais, a ampliação dos circuitos de comercialização e a sensibilidade às demandas ambientais tendem a posicionar a juventude como mediadora entre dinâmicas tradicionais e exigências contemporâneas. Nessa direção, Carneiro (1998) e Carneiro e Castro (2007) enfatizam que os jovens operam como ponte entre

universos sociais distintos, contribuindo para a renovação das práticas produtivas e das formas de sociabilidade no meio rural.

A dinamização das unidades familiares pode ocorrer por meio da multifuncionalidade, da diversificação de atividades ou da adoção de práticas agroecológicas (Castro *et al.*, 2017). A própria circulação entre espaços rurais e urbanos, muitas vezes interpretada como ruptura, pode integrar estratégias familiares voltadas à ampliação de oportunidades e à qualificação profissional, compondo trajetórias híbridas que não significam, necessariamente, abandono definitivo do campo.

A concretização dessas possibilidades permanece condicionada por limites estruturais historicamente presentes no meio rural. O acesso restrito à terra, ao crédito, à infraestrutura e a políticas específicas para a juventude rural fragiliza os processos sucessórios (Stropasolas, 2006). Silvestro; Mello e Dorigon (2001) já advertiam que, sem políticas fundiárias e instrumentos adequados às regiões de predominância da agricultura familiar, a continuidade das unidades produtivas permaneceria tensionada. Nessa perspectiva, a discussão da juventude rural exige considerar as condições estruturais que delimitam as possibilidades de reprodução social da agricultura familiar.

Nas últimas décadas, políticas públicas buscaram ampliar as condições de permanência da juventude rural nos territórios da agricultura familiar. Iniciativas relacionadas ao crédito rural, à educação do campo, à formação profissional e ao fortalecimento da agricultura familiar contribuíram para ampliar oportunidades de inserção produtiva e reconhecimento social dos jovens. Programas vinculados ao PRONAF, às Casas Familiares Rurais, aos Institutos Federais e às políticas de educação do campo constituem exemplos de ações voltadas à valorização das trajetórias juvenis no meio rural.

Ainda assim, diversas pesquisas apontam que tais iniciativas convivem com limitações relacionadas ao acesso desigual entre regiões, à descontinuidade institucional e à dificuldade de enfrentar condicionantes estruturais como a concentração fundiária, a restrição de renda e a escassez de oportunidades de trabalho qualificado. Nesse contexto, a permanência juvenil depende não apenas da existência de políticas públicas, mas de sua capacidade de dialogar com as especificidades territoriais e com os projetos de vida construídos pelas novas gerações.

Ploeg (2008, 2009) aprofunda o debate ao destacar a centralidade da autonomia na agricultura de base familiar. Em sua interpretação, a agricultura camponesa constitui

uma forma contemporânea e dinâmica de organização produtiva, baseada na coprodução entre trabalho e natureza e na construção de uma base de recursos relativamente autogerida. Diferentemente da lógica empresarial orientada pela expansão de escala e intensificação do capital, a agricultura familiar tende a valorizar a diversificação, o enraizamento territorial e a geração de valor a partir do controle sobre seus próprios recursos.

A busca por autonomia não representa isolamento, mas estratégia de enfrentamento às assimetrias impostas pelos mercados agroalimentares globalizados. Mesmo diante de processos de dependência econômica e tecnológica, agricultores familiares constroem alternativas que envolvem redução do uso de insumos externos, valorização de recursos locais e fortalecimento de redes sociais e institucionais (Ploeg, 2008). Schneider (2010a) destaca que tais estratégias contribuem para a reterritorialização das atividades econômicas e para a consolidação de mercados socialmente enraizados, fortalecendo dinâmicas territoriais mais resilientes.

A reprodução social da agricultura familiar não se limita à sucessão interna das unidades produtivas, mas conecta-se às condições estruturais que sustentam sua autonomia e inserção territorial (Ceratti, 2020). A permanência da juventude rural adquire dimensão estratégica nesse processo, pois garante continuidade intergeracional, incorpora inovações e contribui para projetos de desenvolvimento regional ancorados nas especificidades locais. Longe de representar um resquício do passado, a agricultura familiar revela-se forma social capaz de dinamizar economias regionais, promover segurança alimentar e fortalecer vínculos comunitários (Ploeg, 2009).

Articular juventude rural, reprodução social e autonomia produtiva permite compreender que o futuro da agricultura familiar depende tanto das estratégias intergeracionais construídas no interior das famílias quanto das condições estruturais que asseguram sua viabilidade econômica e territorial. É nesse entrelaçamento que se situam as disputas, os desafios e as possibilidades que atravessam os processos de desenvolvimento regional.

À luz desse referencial, o estudo busca aproximar a dimensão estrutural expressa nos dados estatísticos das interpretações sobre as ruralidades contemporâneas e os contextos territoriais que marcam as transformações recentes no espaço rural. Apresentam-se, a seguir, os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Aportes metodológicos

O percurso metodológico deste artigo fundamenta-se em uma análise quantitativa de base censitária, de caráter descritivo, interpretada com base em referenciais da sociologia rural e do desenvolvimento regional. Parte-se do entendimento de que os processos de reprodução social da agricultura familiar se expressam também nas dinâmicas demográficas e estruturais, tornando os censos instrumentos privilegiados para captar tendências de médio e longo prazo. Para Minayo (2001), a abordagem qualitativa contribui para apreender a lógica interna dos fenômenos sociais, reconhecendo sua complexidade e os múltiplos significados que os atravessam.

A dimensão quantitativa apoia-se na utilização de dados secundários oriundos dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022, bem como do Censo Agropecuário de 2017 ambos realizados pelo IBGE. Esses dados possibilitam analisar transformações na composição etária da população, na distribuição urbano-rural e na característica dos estabelecimentos rurais, oferecendo elementos empíricos para refletir sobre as condições objetivas de permanência da juventude no campo e sobre as perspectivas de sucessão na agricultura familiar.

A incorporação do debate da sociologia rural justifica-se pela compreensão de que a agricultura familiar não se reduz a uma categoria produtiva, mas constitui uma forma social específica de organização do trabalho e da vida no campo. Wanderley (2009) esclarece que a reprodução da agricultura familiar envolve não apenas a continuidade da unidade produtiva, mas a manutenção de um modo de vida, de relações sociais e de vínculos territoriais. À luz dessa compreensão, as dinâmicas demográficas, especialmente aquelas relacionadas à juventude rural, tornam-se indicativas das possibilidades e limites dessa reprodução no contexto das ruralidades contemporâneas.

A interpretação qualitativa dos dados fundamenta-se no entendimento de que o território constitui uma construção social. Relações econômicas, políticas e culturais condicionam estratégias familiares e trajetórias juvenis. Sob essa ótica, dialoga-se com a concepção de território como espaço apropriado e produzido socialmente, segundo Santos (1996), para quem as dinâmicas espaciais são indissociáveis das relações sociais que lhes dão forma. Desse modo, as evidências demográficas são compreendidas não apenas como

variações numéricas, mas como expressão de transformações estruturais que incidem sobre o desenvolvimento regional.

A definição das escalas de análise: Brasil, Santa Catarina e RGINTs, fundamenta-se na compreensão de que a escala não constitui mero recorte geográfico, mas categoria analítica que permite apreender diferentes níveis de determinação dos fenômenos sociais. O recorte nacional permite contextualizar as tendências gerais da dinâmica populacional; a escala estadual viabiliza uma observação mais específica da realidade catarinense; e a análise das RGINTs evidencia diferenciações intrarregionais, considerando suas particularidades socioeconômicas, produtivas e demográficas.

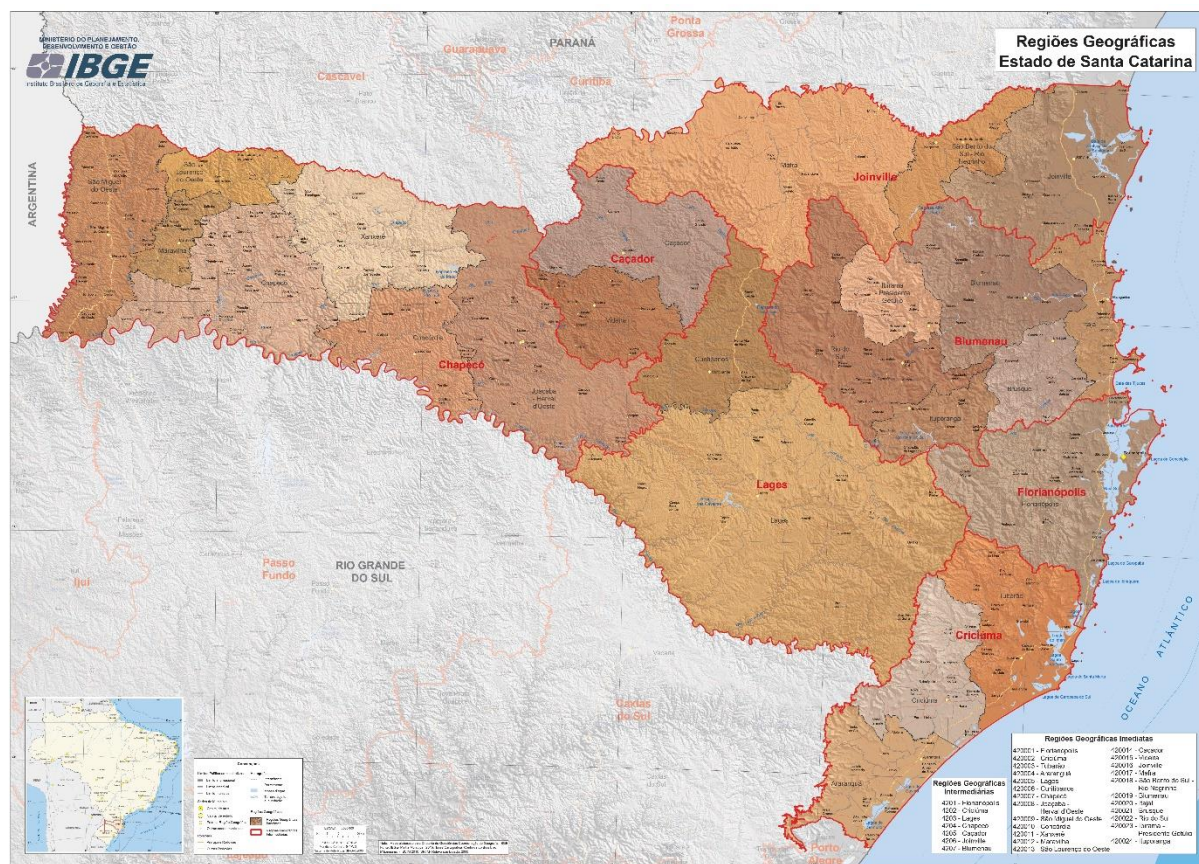
O exame dos resultados ocorreu de forma comparativa entre os períodos censitários (2000, 2010 e 2022). Inicialmente, as informações foram organizadas conforme as escalas definidas e, posteriormente, procedeu-se à comparação temporal, com o objetivo de identificar mudanças na população jovem residente no meio rural e suas possíveis implicações para a reprodução social da agricultura familiar e para o desenvolvimento regional. Foram descritos padrões, permanências e variações ao longo do tempo, buscando interpretar seus efeitos no contexto territorial estudado.

Por fim, destaca-se como limitação do estudo a forma de disponibilização das faixas etárias no Censo Demográfico de 2022. Diferentemente dos levantamentos anteriores, nos quais era possível considerar de maneira contínua a faixa etária de 15 a 29 anos, os dados mais recentes foram organizados em intervalos fixos (15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 34 anos), o que exigiu adequações metodológicas para fins comparativos.

Estrutura agrária e configuração regional em Santa Catarina

Conforme a nova regionalização realizada pelo IBGE em 2017, o estado de Santa Catarina passou a ser organizado em sete RGINTs: Florianópolis; Criciúma; Lages; Chapecó; Caçador; Joinville e Blumenau (Mapa 1). Essa redefinição territorial possibilita uma leitura mais integrada das dinâmicas socioeconômicas e demográficas, articulando municípios que compartilham fluxos e relações regionais. Em relação ao número de municípios por RGINT, observa-se, em ordem decrescente: Chapecó (109); Criciúma (44); Joinville (25); Lages (24); Florianópolis (17); Caçador (16) e Blumenau (12).

Mapa 1 - Localização das Regiões Geográficas Intermediárias de Santa Catarina



Fonte: IBGE, 2017.

As RGINTs podem ser entendidas como áreas que se organizam de acordo com o sistema urbano do Brasil e estruturam-se em torno de cidades grandes e médias, que exercem centralidade na dinâmica econômica e na oferta de bens e serviços públicos e privados, tanto de média quanto de alta complexidade. Essas cidades se conectam em redes que se apoiam mutuamente. Tais centros urbanos articulam redes regionais, estabelecendo fluxos de trabalho, educação, consumo e acesso a políticas públicas, configurando relações de coordenação e dependência entre municípios (Oliveira, 2020).

As transformações no espaço rural não podem ser analisadas de forma isolada, uma vez que estão diretamente imbricadas nas dinâmicas regionais e nas relações estabelecidas com os centros urbanos. As RGINTs, enquanto espaços articulados por fluxos urbanos e rurais, expressam dinâmicas que se refletem no plano demográfico, especialmente na distribuição da população urbana, rural, e jovem em Santa Catarina. Situação que impacta os processos de reprodução social da agricultura familiar.

A Tabela 1 apresenta dados referentes ao total de unidades produtivas rurais no Brasil, na região Sul, no estado de Santa Catarina e nas RGINTs do estado, com base no Censo Agropecuário de 2017. Os dados distinguem a agricultura familiar e não familiar, bem como indicam a participação percentual da agricultura familiar no conjunto das unidades produtivas.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários – 2017

Discriminação	Número (mil unidades)			Participação Agricultura familiar (%)
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	
Brasil	5.073,3	1.175,9	3.897,4	76,8
Sul do Brasil	853,3	187,5	665,8	78,0
Santa Catarina	183,1	40,0	143,0	78,1
RGINT Florianópolis	7,8	1,9	5,9	75,7
RGINT Criciúma	22,6	4,7	17,9	79,2
RGINT Lages	18,4	6,8	11,6	63,0
RGINT Chapecó	68,4	10,6	57,8	84,5
RGINT Caçador	9,3	2,4	6,8	73,1
RGINT Joinville	22,5	4,8	17,6	78,2
RGINT Blumenau	33,8	8,5	25,2	74,5

Fonte: IBGE – Censo agropecuário. Tabela 6779. Elaboração própria.

As informações apresentadas demonstram a predominância da agricultura familiar na estrutura agrária brasileira, representando 76,8% dos estabelecimentos no país. Essa participação é ainda mais expressiva na região Sul (78,0%) e em Santa Catarina (78,1%), indicando a centralidade desse segmento na organização produtiva regional. No caso catarinense, essa configuração reforça a relevância da agricultura familiar como base econômica e social do meio rural, constituindo elemento fundamental para a reprodução social das famílias agricultoras.

Quando observadas as RGINTs, percebe-se que essa predominância não se distribui de maneira homogênea no território. A RGINT de Chapecó destaca-se com 84,5% dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar, percentual superior às médias estadual, regional e nacional. Trata-se de uma região cuja dinâmica produtiva historicamente se estruturou sobre pequenas e médias unidades, tendo constituído, em poucas décadas, importante polo agroindustrial de aves e suínos,

evidenciando o potencial da agricultura familiar na dinamização econômica regional (Silvestro; Mello; Dorigon; 2001).

Em contraste, a RGINT de Lages apresenta a menor participação da agricultura familiar (63,0%), sinalizando maior presença de estabelecimentos não familiares e sistemas produtivos associados à agropecuária extensiva. Essa configuração sugere diferenciações estruturais relevantes entre as regiões catarinenses, com possíveis implicações para as dinâmicas de sucessão e reprodução social.

As RGINTs de Criciúma (79,2%), Joinville (78,2%) e Blumenau (74,5%) mantêm percentuais próximos à média estadual, ainda que inseridas em contextos marcados por maior urbanização e diversificação econômica. Nessas regiões, a articulação entre atividades agrícolas e dinâmicas urbano-industriais tende a produzir formas híbridas de inserção produtiva, que podem influenciar as estratégias familiares e as trajetórias das novas gerações.

A estrutura agrária catarinense revela forte presença da agricultura familiar, porém marcada por diferenciações regionais significativas. Essa base produtiva constitui o ambiente estrutural sobre o qual incidem as transformações demográficas observadas nas últimas décadas, especialmente no que se refere à população jovem rural, tema aprofundado na seção seguinte.

Dinâmica demográfica da juventude rural nas RGINTs catarinenses

A Tabela 2 apresenta a evolução da população jovem residente por situação de domicílio (urbana e rural) nas RGINTs de Santa Catarina, com base nos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022, realizados pelo IBGE. Os resultados permitem identificar tendências demográficas associadas ao processo de urbanização e as transformações estruturais do meio rural catarinense.

De modo geral, observa-se crescimento da população jovem urbana e redução da população jovem rural na maior parte das RGINTs ao longo dos três períodos analisados. Regiões como Florianópolis e Blumenau apresentaram expansão contínua do contingente juvenil urbano, enquanto áreas como Lages e Caçador registram redução no total de jovens, de forma mais acentuada da população residente no meio rural. Mesmo em regiões

com forte presença da agricultura familiar, como a RGINT de Chapecó, observa-se diminuição da população jovem residente no campo.

Tabela 2 - População jovem residente por situação de domicílio em Santa Catarina - 2000, 2010, 2022

Região Geográfica Intermediária (RGINT)	Total da população jovem			Urbana			Rural		
	2000	2010	2022	2000	2010	2022	2000	2010	2022
Florianópolis	291.136	351.159	398.326	270.526	330.708	386.594	20.610	20.451	11.732
Criciúma	266.903	298.121	290.936	196.270	243.557	252.631	70.633	54.564	38.305
Lages	121.400	115.684	107.963	96.681	98.151	94.037	24.719	17.533	13.926
Chapecó	329.869	349.758	353.688	210.647	260.180	288.916	119.222	89.578	64.772
Caçador	72.195	74.304	70.715	55.189	62.312	61.103	17.006	11.922	9.612
Joinville	372.082	428.476	438.402	323.160	382.554	401.306	48.922	45.922	37.096
Blumenau	448.183	570.973	655.172	373.512	501.088	601.135	74.671	69.885	54.037

Fonte: IBGE – SIDRA. Tabelas 200, 1378, 9952. Elaboração própria.

A comparação entre as RGINTs evidencia que a redução da juventude rural ocorre independentemente do peso relativo da agricultura familiar na estrutura agrária regional. Esse dado é particularmente relevante quando articulado às informações apresentadas na seção anterior: regiões com forte base produtiva familiar não estão imunes ao esvaziamento geracional. Tal tendência dialoga com as discussões de Abramovay *et al.* (1998) sobre as dificuldades de permanência da juventude no campo e com a interpretação de Veiga (2002), segundo a qual a modernização agrícola e a ampliação das oportunidades urbanas produziram transformações estruturais que impactaram os processos de sucessão familiar.

A ampliação do acesso à educação, a diversificação das oportunidades ocupacionais urbanas e as mudanças nas expectativas juvenis configuram um cenário no qual o rural deixa de ser o destino quase exclusivo das novas gerações. A dinâmica regional revela que esses processos assumem intensidades distintas. Em regiões mais urbanizadas, como Florianópolis e Joinville, o crescimento urbano absorve parte significativa da população jovem, enquanto em áreas de base agropecuária, como Lages e Caçador, a redução do contingente juvenil rural ocorre em contexto de menor dinamismo demográfico.

Esse cenário também suscita reflexões sobre o alcance das políticas públicas direcionadas à juventude rural. Embora tenham ocorrido avanços no acesso à educação, ao crédito e à qualificação profissional nas últimas décadas, os dados sugerem que essas iniciativas não foram suficientes para reverter a tendência de redução da população jovem residente no meio rural. Tal constatação não implica a inexistência de efeitos positivos dessas políticas, mas indica que sua capacidade de influenciar as decisões de permanência ou migração encontra-se condicionada por processos mais amplos relacionados à estrutura agrária, às oportunidades econômicas e às dinâmicas regionais de desenvolvimento.

A comparação entre o número de estabelecimentos familiares e a redução da população jovem rural evidencia um descompasso entre a estrutura produtiva e sua renovação geracional. A permanência numérica das unidades familiares não implica, necessariamente, sua reprodução social ampliada, indicando processos de envelhecimento, redefinição das estratégias produtivas e possíveis reconfigurações territoriais.

A redução da população jovem rural produz implicações que extrapolam a esfera demográfica, incidindo diretamente sobre as dinâmicas de desenvolvimento regional. A diminuição do contingente juvenil compromete a renovação da base social do trabalho rural, fragiliza processos de inovação produtiva e pode impactar a vitalidade econômica e social dos territórios. Ademais, o esvaziamento geracional tende a repercutir sobre a oferta e manutenção de serviços públicos locais, como escolas e equipamentos de saúde, contribuindo para a retração das redes sociais e institucionais que sustentam o tecido territorial.

A dinâmica demográfica observada nas RGINTs catarinenses evidencia que o desenvolvimento regional está relacionado à capacidade de retenção e inserção qualificada da juventude no meio rural. A presença ativa dos jovens torna-se estratégica para a diversificação econômica, a inovação e a sustentabilidade socioambiental dos territórios rurais (Abramovay, 2003).

Os resultados sugerem que a continuidade da agricultura familiar depende não apenas de sua expressividade estrutural, mas também das condições territoriais, das redes regionais e das oportunidades disponíveis às novas gerações, reforçando a necessidade de uma compreensão mais ampla das ruralidades contemporâneas e dos contextos regionais juvenis, tema aprofundado na seção seguinte.

Juventude rural e reconfiguração das ruralidades: implicações para a reprodução social

A centralidade da juventude para o desenvolvimento territorial requer uma compreensão de como as ruralidades contemporâneas estão configuradas. A comparação dos dados censitários mostra que a diminuição da população jovem nas áreas rurais de Santa Catarina ocorre mesmo em regiões caracterizadas pela forte presença da agricultura familiar. Esse fenômeno sugere que o rural não deve ser visto como uma realidade homogênea, mas como expressão de ruralidades múltiplas, marcadas por diferentes formas de inserção produtiva, conexões territoriais e projetos de vida juvenil (Wanderley, 2009; Schneider, 2010b).

As transformações demográficas observadas nas RGINTs revelam processos distintos de territorialização da juventude rural. Enquanto em determinadas unidades familiares a sucessão é socialmente construída e vinculada à continuidade das atividades produtivas, em outras predominam trajetórias marcadas pela incerteza e pela mobilidade espacial.

Em alguns casos, a permanência juvenil é sustentada por estratégias diversificadas e pelo acesso a instrumentos como crédito rural, formação técnica e políticas educacionais. Esses instrumentos ampliam as oportunidades de inserção produtiva e reconhecimento social dos jovens rurais, ainda que seus resultados permaneçam condicionados por fatores estruturais que extrapolam o alcance dessas políticas (Castro, 2019). Em outros casos, observa-se a busca por inserções ocupacionais externas à unidade produtiva, evidenciando relações campo-cidade que extrapolam os limites da propriedade e tensionam o modelo tradicional de reprodução familiar (Carneiro, 1998; Abramovay *et al.*, 1998).

A redução quantitativa da juventude rural não representa apenas um deslocamento populacional, mas expressa mudanças nas estratégias de reprodução social da agricultura familiar, nas formas de pertencimento ao território e nas dinâmicas de desenvolvimento regional. A permanência ou saída dos jovens passa a depender da articulação entre condições estruturais, como o acesso à terra, renda, infraestrutura e serviços, e dimensões simbólicas e identitárias que conferem sentido à vida no meio rural. Nesse cenário, a investigação das dinâmicas regionais juvenis torna-se fundamental para compreender os desafios contemporâneos da sucessão e da sustentabilidade da agricultura familiar.

Considerações finais

O comportamento demográfico identificado nos diferentes períodos dos Censos Demográficos das RGINTs de Santa Catarina aponta que a redução da população jovem nas áreas rurais não constitui um fato isolado, mas faz parte de um processo estrutural em andamento. Mesmo em regiões com forte presença da agricultura familiar, como a RGINT de Chapecó, os dados indicam a continuidade do esvaziamento rural, sobretudo de jovens. O caso da RGINT de Chapecó demonstra que a elevada presença da agricultura familiar não garante, por si só, a renovação geracional das unidades produtivas. Os resultados sugerem que a permanência da base produtiva familiar e a permanência da juventude rural constituem processos relacionados, mas não necessariamente coincidentes.

Ao articular os achados empíricos com as contribuições de Abramovay *et al.* (1998; 2003), Carneiro (1998; 2000), Carneiro e Castro (2007) e Ploeg (2008; 2009), dentre outros, torna-se evidente que a decisão de permanecer ou migrar envolve dimensões que extrapolam a renda ou o acesso à terra. Projetos de vida, expectativas de mobilidade social, reconhecimento simbólico, condições de infraestrutura e possibilidades de inserção produtiva qualificada compõem um conjunto de fatores que incidem diretamente sobre as escolhas juvenis.

Ainda que políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à juventude rural tenham ampliado o reconhecimento institucional desses sujeitos, seus efeitos mostram-se limitados diante das desigualdades territoriais e das transformações mais amplas que atravessam as territorialidades e incidem sobre o espaço rural. A reestruturação produtiva, a intensificação tecnológica e a crescente integração agroindustrial, particularmente na RGINT de Chapecó, redefinem as bases sociais da agricultura familiar e impõem novas exigências para sua continuidade.

No caso de Santa Catarina, os resultados sugerem que políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, ao acesso ao crédito, à formação técnica e à ampliação das oportunidades educacionais contribuíram para ampliar as possibilidades de inserção dos jovens nos territórios rurais. Contudo, a persistência da redução da população jovem nas diferentes RGINTs evidencia que tais instrumentos encontram limites diante de desigualdades territoriais historicamente construídas e das transformações econômicas que reconfiguram os projetos de vida das novas gerações.

Mais do que ampliar políticas setoriais isoladas, o desafio consiste em construir estratégias articuladas de desenvolvimento regional capazes de combinar inclusão produtiva, acesso a serviços e perspectivas concretas de permanência no meio rural.

Esse contexto evidencia a coexistência de diferentes projetos de desenvolvimento regional em disputa. De um lado, consolida-se uma lógica de especialização produtiva e inserção subordinada em cadeias agroindustriais. De outro, persistem estratégias voltadas ao fortalecimento da autonomia, à diversificação e à territorialização das práticas produtivas.

A juventude rural não se constitui apenas como indicador estatístico de envelhecimento ou declínio da população rural, mas denuncia as tensões estruturais associadas ao modelo de desenvolvimento em curso e às formas contemporâneas de inserção da agricultura familiar nos circuitos produtivos regionalizados. O debate sobre a reprodução social da agricultura familiar exige deslocar o foco de medidas isoladas para uma reflexão mais ampla sobre as bases econômicas, sociais e institucionais que sustentam o rural contemporâneo.

Uma das principais contribuições do estudo consiste em articular a avaliação demográfica regional e a reflexão teórica, ao mostrar que políticas homogêneas tendem a ter efeitos limitados, sendo necessária a construção de estratégias diferenciadas e contextualizadas, visto que a dinâmica demográfica juvenil precisa ser contextualizada sob uma perspectiva territorial, considerando as especificidades das RGINTs e suas distintas dinâmicas socioeconômicas.

Garantir condições efetivas para que jovens construam seus projetos de vida no campo implica enfrentar desigualdades regionais, ampliar margens de autonomia produtiva e reconhecer que o futuro do rural não está dado. Mais do que uma questão demográfica, trata-se de uma disputa sobre os rumos do desenvolvimento regional e sobre quais formas sociais e produtivas terão maior capacidade de sustentação no futuro do rural catarinense. A permanência juvenil, expressa, portanto, os limites, as disputas e as possibilidades que atravessam a reprodução social da agricultura familiar em Santa Catarina.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: SOBER, 1998. p. 95-117.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-75, 2000.
- CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de Castro (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, Elisa Guaraná de Castro *et al.* Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do Planapo. *In*: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: reprodução social, sucessão e políticas públicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 404-429, 2019.
- CERATTI, Eliziane Raquel Rauch. **Juventude rural**: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais). Chapecó: Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), 2020.
- CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interações**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário - 2017**. Tabela 6779 - Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia, origem da orientação técnica recebida, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras, classe de idade do produtor e escolaridade do produtor. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6779>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Tabela 200 - População residente, por sexo, situação e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 10 mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378>. Acesso em: 12 mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Tabela 9952 - População, total e indígena, de 15 anos ou mais de idade, por alfabetização, sexo, grupos de idade, localização e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9952>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; O'NEILL, Maria Mônica. **Dinâmica demográfica e distribuição espacial da população: cenários para 2040, um olhar socioeconômico**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S063-S084, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/373>. Acesso em: 25 mar. 2025.

POLLNOW, Gernano Ehlert; CALDAS, Nádía Velleda; ANJOS, Flávio Sacco dos. Sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura: a percepção de organizações sindicais da Espanha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 61, e263213, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.263213>.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 9-38, 2010a. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v4i1.708>

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511–531, jul./set. 2010b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>

SILVESTRO, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antônio de; DORIGON, Clóvis. A agricultura familiar no Oeste Catarinense: repensando novas possibilidades. **Agropecuária Catarinense**. v.14, n.2, jul. 2001. DOI: <https://doi.org/10.52945/rac.v14i2.1385> Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/rac/article/view/1385/1236> Acesso em 13 mar. 2025.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luís. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Recebido em 02/03/2026.

Aceito para publicação em 09/06/2026.